



ATA Nº 3.167

1 No dia primeiro de abril de dois mil e vinte seis, às 8 horas, o Conselho Estadual de Educação
2 reuniu-se em Sessão Plenária utilizando a plataforma Teams, sob a **Presidência da Conselheira**
3 **Fátima Anise Rodrigues Ehlert, com a presença dos (as) Conselheiros (as) 1º Vice-Presidente**
4 **Sani Belfer Cardon e 2ª Vice-Presidente Marcia Adriana de Carvalho, Ana Rita Berti**
5 **Bagestan, Antônio Maria Melgarejo Saldanha, Bruno Ferreira, Carla Tatiana Labres dos**
6 **Anjos, Fabiane Cristina Martins de Oliveira, Fabrício Soares, Gládis Elise Pereira da Silva**
7 **Kaercher, Helenir Aguiar Schürer, Iara Sílvia Lucas Wortmann, Karla Fernanda Wunder da**
8 **Silva, Leticia Grigoletto dos Santos, Luís Felipe Loro, Márcia Sartor Coiro, Néelson Soares de**
9 **Almeida Júnior, Nirlene Aparecida Silveira Boeri, Oswaldo Dalpiaz, Percila Silveira de**
10 **Almeida, Raul Gomes de Oliveira Filho, Rose Mary Freitas da Silva, Ruben Werner**
11 **Goldmeyer, Sandra Balbé de Freitas, Sandra Beatriz Silveira e Simone Goldschmidt.**
12 Verificada a existência de quórum, declaro aberta a Sessão Plenária de 01 de abril de 2026, na
13 forma remota e *online*, com transmissão em tempo real, pelo canal do CEEed, no YouTube, de
14 acordo com o Art. 15, § 1º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação. Bom dia,
15 Senhor, Conselheiro Sani Belfer Cardon, 1º Vice-Presidente, Conselheira Marcia Adriana de
16 Carvalho, 2ª Vice-Presidente, demais Conselheiras/os, Assessoras/es e Servidoras/es do Conselho,
17 bem como os que nos acompanham, em tempo real, pelo canal do CEEed, no YouTube.
18 **JUSTIFICOU** a ausência na Sessão Plenária de hoje, nos termos do **Decreto nº 57.481, de 27 de**
19 **fevereiro de 2024, Art. 9º**, o Conselheiro Vitor Powaczruk. **De acordo com o Art. 16, incisos I, II**
20 **e III do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação apresentamos a apreciação da**
21 **Ordem do Dia:** Análise e votação da Pauta da Plenária, Análise e votação da Ata nº 3.166, Análise
22 das Deliberações, Comunicação da Presidência, Comunicação dos Conselheiros. Presença da
23 Senhora Secretária de Estado da Educação, Profª Raquel Teixeira, às 10h, conforme Art. 16, § 3º do
24 Regimento Interno, motivo pelo qual estenderemos a Plenária de hoje. A seguir, o Pleno foi
25 consultado quanto a possíveis manifestações referentes à pauta da Plenária, para a qual não houve
26 óbice. Dando continuidade registra-se o exame da Ata nº 3.166. A Ata foi aprovada por
27 unanimidade. **Ao prosseguir com a Sessão Plenária deu-se início à análise dos Atos.**
28 **Deliberação nº 240/2026**, Processo SE nº 26/1900-0001211-8, da Comissão de Educação
29 Profissional, que “Recredencia, por 5 anos, a Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em
30 Novo Hamburgo, para a oferta do Curso Técnico em Design de Interiores – eixo tecnológico
31 Produção Cultural e Design, desenvolvido presencialmente, de forma subsequente. Aprova o
32 Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento do Curso, por readequação do Curso
33 Técnico em Design de Interiores, autorizado pela Deliberação CEEed nº 134/2021”, relatada pelo
34 Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação**
35 **nº 241/2026**, Processo SE nº 25/1900-0061949-6, da Comissão de Educação Profissional, que
36 “Recredencia, por 3 anos, a Escola Técnica Albert Einstein – SEG, em Santa Maria, para a oferta do
37 Curso Técnico em Administração – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido de forma
38 concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a Distância, para estudantes maiores de 18
39 anos. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento desse Curso, por
40 readequação do Curso Técnico em Administração – eixo tecnológico Gestão e Negócios,
41 desenvolvido de forma concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a Distância,
42 autorizado pela Deliberação CEEed nº 505/2023”, relatada pelo Conselheiro Oswaldo Dalpiaz.
43 **Destaque do Relator:** informou que o processo em exame reuniu quatro informações relativas à
44 mesma instituição, versando sobre o recredenciamento por readequação e a aprovação dos Projetos
45 Pedagógicos de todos os cursos ofertados na modalidade a distância (EaD). Não havendo mais
46 manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 242/2026**, Processo SE nº 25/1900-

1 0061949-6, da Comissão de Educação Profissional, que “Recredencia, por 3 anos, a Escola Técnica
2 Albert Einstein – SEG, em Santa Maria, para a oferta do Curso Técnico em Contabilidade – eixo
3 tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido de forma concomitante e subsequente, na modalidade
4 de Educação a Distância, para estudantes maiores de 18 anos. Aprova o Projeto Pedagógico do
5 Curso e autoriza o funcionamento desse Curso, por readequação do Curso Técnico em
6 Contabilidade – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido de forma concomitante e
7 subsequente, na modalidade de Educação a Distância, autorizado pela Deliberação CEEed nº
8 507/2023”, relatada pelo Conselheiro Oswaldo Dalpiaz. Não havendo manifestações, aprovada a
9 Deliberação. **Deliberação nº 243/2026**, Processo SE nº 25/1900-0061949-6, da Comissão de
10 Educação Profissional, que “Recredencia, por 3 anos, a Escola Técnica Albert Einstein – SEG, em
11 Santa Maria, para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – eixo tecnológico
12 Segurança, desenvolvido de forma concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a
13 Distância, para estudantes maiores de 18 anos. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o
14 funcionamento desse Curso, por readequação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – eixo
15 tecnológico Segurança, desenvolvido de forma concomitante e subsequente, na modalidade de
16 Educação a Distância, autorizado pela Deliberação CEEed nº 510/2023”, relatada pelo Conselheiro
17 Oswaldo Dalpiaz. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 244/2026**,
18 Processo SE nº 25/1900-0061949-6, da Comissão de Educação Profissional, que “Recredencia, por
19 3 anos, a Escola Técnica Albert Einstein – SEG, em Santa Maria, para a oferta do Curso Técnico
20 em Transações Imobiliárias – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido de forma
21 concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a Distância, para estudantes maiores de 18
22 anos. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento desse Curso, por
23 readequação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias – eixo tecnológico Gestão e Negócios,
24 desenvolvido de forma concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a Distância,
25 autorizado pela Deliberação CEEed nº 508/2023”, relatada pelo Conselheiro Oswaldo Dalpiaz. Não
26 havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 245/2026**, Processo SE nº
27 25/1900-0049023-5, da Comissão de Educação Profissional, que “Descredencia a QI Escola de
28 Educação Profissional – Alvorada, em Alvorada, para a oferta do Curso Técnico em Marketing –
29 eixo tecnológico Gestão e Negócios, na modalidade de Educação a Distância, para estudantes
30 maiores de 18 anos, credenciado pelo Parecer CEEed nº 564/2011, cessado em 26 de dezembro de
31 2019. Considera válidos os estudos do Curso Técnico em Marketing – eixo tecnológico Gestão e
32 Negócios, realizados na QI Escola de Educação Profissional – Alvorada, em Alvorada, no 2º
33 semestre letivo de 2019”, relatada pela Conselheira Márcia Sartor Coiro. Não havendo
34 manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 246/2026**, Processo SE nº 24/1900-
35 0053017-7, da Comissão de Educação Profissional, que “Torna sem efeito a Deliberação CEEed nº
36 471/2019, que credenciou, por 3 anos, a Unidade de Ensino Guaporé, em Guaporé, do Centro de
37 Educação Profissional – CEP – UNIVATES, com sede em Lajeado, para a oferta do Curso Técnico
38 em Vendas – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido de forma concomitante e
39 subsequente, na modalidade presencial”, relatada pelo Conselheiro Néelson Soares de Almeida
40 Junior. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 247/2026**, Processo
41 SE nº 24/1900-0053017-7, da Comissão de Educação Profissional, que “Descredencia, por
42 mudança de sede, a Unidade de Ensino Guaporé, em Guaporé, do Centro de Educação Profissional
43 – CEP – UNIVATES, com sede em Lajeado, localizada na Avenida Alberto Pasqualini, nº 837, em
44 Guaporé. Credencia, por 3 anos, a Unidade de Ensino Guaporé, em Guaporé, do Centro de
45 Educação Profissional – CEP – UNIVATES, com sede em Lajeado, na Rua Pinheiro Machado, nº
46 101 L, Bairro Pinheirinho, em Guaporé, para a oferta do Curso Técnico em Enfermagem – eixo
47 tecnológico Ambiente e Saúde, desenvolvido presencialmente, de forma concomitante e
48 subsequente”, relatada pelo Conselheiro Néelson Soares Almeida Junior. **Destaque da Conselheira**
49 **Ana Rita Berti Bagestan:** destacou a relevância do curso técnico vinculado à Univates, no polo de
50 Guaporé, ressaltando o papel da instituição na região. Parabenizou a universidade e este Colegiado
51 pela conclusão exitosa do processo, salientando que a aprovação era aguardada para o início da
52 oferta educacional. Registrou o impacto positivo para a comunidade local e regional, que passará a

1 contar com a formação de novos profissionais de enfermagem. Não havendo mais manifestações,
2 aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 248/2026**, Processo SE nº 25/1900-0049026-0, da
3 Comissão de Educação Profissional, que “Descredencia a QI Escola de Educação Profissional –
4 Viamão, em Viamão, para a oferta do Curso Técnico em Marketing – eixo tecnológico Gestão e
5 Negócios, desenvolvido na forma concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a
6 Distância, para estudantes maiores de 18 anos, credenciado pelo Parecer CEED nº 825/2010,
7 cessado em 22 de maio de 2021. Considera válidos os estudos do Curso Técnico em Marketing –
8 eixo tecnológico Gestão e Negócios, realizados na QI Escola de Educação Profissional – Viamão,
9 em Viamão, referentes ao 1º semestre letivo de 2019 e aos anos letivos de 2020 e 2021”, relatada
10 pelo Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação.
11 **Deliberação nº 249/2026**, Processo SE nº 25/1900-0065294-4, da Comissão de Educação
12 Profissional, que “Credencia, por 3 anos, a Escola Técnica Preparar, em Teutônia, para a oferta do
13 Curso Técnico em Enfermagem – eixo tecnológico Ambiente e Saúde, desenvolvido
14 presencialmente, de forma concomitante e subsequente. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e
15 autoriza o funcionamento desse Curso. Aprova o Regimento Escolar para a Educação Profissional.
16 Determina providência”, relatada pela Conselheira Márcia Sartor Coiro. **Destaque da Conselheira**
17 **Ana Rita Berté Bagestan:** destacou o caráter histórico da aprovação do primeiro Curso Técnico em
18 Enfermagem de Teutônia, a ser sediado no bairro Canabarro. Ressaltou a densidade demográfica da
19 localidade e a sinergia entre a comunidade e os setores público e privado em prol do Hospital Ouro
20 Branco. Salientou que a oferta do curso fortalecerá o quadro assistencial da saúde regional,
21 permitindo que novos profissionais somem esforços ao trabalho já realizado na instituição
22 hospitalar, parabenizando o Colegiado e o município, expoente do Vale do Taquari, pela conquista.
23 **Destaque do Conselheiro Antônio Maria Melgarejo Saldanha:** destacou a relevância da
24 expansão da Educação Profissional no Estado, especialmente com a autorização de mais um curso
25 de Técnico em Enfermagem. Com base em sua trajetória de mais de duas décadas dedicadas à área
26 neste Colegiado, ressaltou o compromisso do Conselho com a qualidade dessa oferta. Mencionou
27 visita de fiscalização realizada anteriormente ao polo da Instituição em Caxias do Sul,
28 acompanhado, ocasião em que atestou a excelência do aparato tecnológico e dos equipamentos
29 adquiridos pela mantenedora. Concluiu parabenizando a Escola Preparar pela perseverança e pelo
30 rigor técnico na organização da nova unidade em Teutônia, prevendo o êxito da formação
31 profissional naquela comunidade. Não havendo mais manifestações, aprovada a Deliberação. A
32 pedido da relatora Conselheira Márcia Sartor Coiro, à **Deliberação 245/2026** para os seus
33 destaques. **Destaque da Conselheira Márcia Sartor Coiro:** informou um equívoco material na
34 ementa do processo referente à QI de Alvorada; o Parecer CEED nº 564/2011, inicialmente citado,
35 diz respeito a outra localidade, devendo ser substituído pelo Parecer CEED nº 470/2010. Salientou
36 que a divergência restringia-se ao resumo de leitura, visto que o teor da deliberação e a instrução
37 documental nos autos já apresentavam a fundamentação correta, solicitando a devida anotação em
38 ata para fins de retificação. **Presidente Fátima Ehlert:** submeteu ao Plenário a retificação do
39 número do Parecer constante na ementa, fixando o Parecer CEED nº 470/2010 como o ato de
40 origem correto. O Conselheiro Raul Gomes de Oliveira Filho interveio para solicitar que a correção
41 fosse estendida também ao texto da conclusão da Deliberação. Em resposta, a Conselheira Márcia
42 Sartor Coiro esclareceu que tanto a ementa quanto a conclusão do documento original já
43 apresentavam a fundamentação correta. Inexistindo novos destaques, a Presidente anunciou a
44 aprovação unânime da Deliberação nº 245/2026, com a devida retificação formalizada. **Deliberação**
45 **nº 250/2026**, Processo SE nº 25/1900-0045307-0, da Comissão de Educação Profissional, que
46 “Descredencia a QI Escola de Educação Profissional – Gravataí, em Gravataí, para a oferta do
47 Curso Técnico em Marketing – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvido na forma
48 concomitante e subsequente, na modalidade de Educação a Distância, para estudantes maiores de 18
49 anos, credenciado pelo Parecer CEED nº 564/2011, cessado em 28 de junho de 2021. Considera
50 válidos os estudos do Curso Técnico em Marketing – eixo tecnológico Gestão e Negócios,
51 realizados na QI Escola de Educação Profissional – Gravataí, em Gravataí, nos anos letivos de
52 2019, 2020 e 2021”, relatada pela Conselheira Nirlene Aparecida Silveira Boeri. Não havendo

1 manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 251/2026**, Processo SE nº 25/1900-
2 0040364-2, da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, que “Considera cumprida a
3 providência estabelecida no item 8 da Deliberação CEEed nº 1010/2025, referente ao
4 recredenciamento da Escola Técnica Santa Rosa – SEG, em Santa Rosa, para a oferta do Ensino
5 Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, para
6 estudantes maiores de 18 anos”, relatada pelo Conselheiro Ruben Werner Goldmeyer. Não havendo
7 manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 252/2026**, Processo SE nº 26/1900-
8 0000088-8, da Comissão de Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio
9 brasileiro os estudos realizados por Manuela Alves Mendieta, na República Oriental do Uruguai”,
10 relatada pelo Conselheiro Antônio Maria Melgarejo Saldanha. Não havendo manifestações,
11 aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 253/2026**, Processo SE nº 26/1900-0002044-7, da
12 Comissão de Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os
13 estudos realizados por João Vítor Baldicera Londero, na República Portuguesa”, relatada pela
14 Conselheira Rose Mary Freitas da Silva por problemas técnicos foi relatada pelo Coordenador da
15 Comissão Conselheiro Raul Gomes de Oliveira Filho. Não havendo manifestações, aprovada a
16 Deliberação. **Deliberação nº 254/2026**, Processo CEEed nº 26/2700-0000091-0, da Comissão de
17 Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados
18 por Moreidy Coromoto Valera Moreno, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pelo
19 Conselheiro Ruben Werner Goldmeyer. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação.
20 **Deliberação nº 255/2026**, Processo CEEed nº 26/2700-0000093-6, da Comissão de Legislação e
21 Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados por Yorgelis
22 Andrea Medina Salazar, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pela Conselheira Sônia
23 Maria Seadi Veríssimo da Fonseca por problemas técnicos foi relatada pelo Coordenador da
24 Comissão Conselheiro Raul Gomes de Oliveira Filho. Não havendo manifestações, aprovada a
25 Deliberação. **Deliberação nº 256/2026**, Processo CEEed nº 26/2700-0000094-4, da Comissão de
26 Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados
27 por Adriannys Gabriela Salazar Cequea, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pelo
28 Conselheiro Antônio Maria Melgarejo Saldanha. Não havendo manifestações, aprovada a
29 Deliberação. **Deliberação nº 257/2026**, Processo SE nº 26/2700-0000095-2, da Comissão de
30 Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados
31 por Carlos Javier Veliz Rojas, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pela Conselheira
32 Carla Tatiana Labres dos Anjos. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação**
33 **nº 258/2026**, Processo CEEed nº 26/2700-0000056-1, da Comissão de Legislação e Normas, que
34 “Torna sem efeito a Deliberação CEEed nº 156/2026, que declarou equivalentes ao Ensino Médio
35 brasileiro os estudos realizados por Alfredo Sandala Nepalanga Augusto, na República de Angola,
36 tendo em vista a transcrição incorreta do nome da escola que o requerente frequentou na República
37 de Angola”, relatada pela Conselheira Marcia Adriana de Carvalho. **Destaque da Relatora:**
38 informou que a presente Deliberação visava tornar sem efeito ato anterior aprovado pelo Colegiado,
39 em razão de erro material na transcrição do nome da instituição de ensino requerente. Ressaltou que
40 a medida era necessária para a subsequente apreciação de nova Deliberação, instruída com a
41 denominação institucional correta, garantindo a fidedignidade do registro administrativo e a
42 validade do ato autorizativo. Não havendo mais manifestações, aprovada a Deliberação.
43 **Deliberação nº 259/2026**, Processo SE nº 26/2700-0000056-1, da Comissão de Legislação e
44 Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados por Alfredo
45 Sandala Nepalanga Augusto, na República de Angola”, relatada pela Conselheira Marcia Adriana
46 de Carvalho. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Resolução nº 393/2026**,
47 Processo CEEed/RS no 25/2700-0000308-5, que “Define Diretrizes Curriculares Estaduais para a
48 Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluídas as qualificações profissionais e
49 especializações profissionais técnicas”, relatada pelos (as) Conselheiras Nirlene Aparecida Silveira
50 Boeri, Ana Rita Berti Bagesta, Antônio Maria Melgarejo Saldanha, Luís Felipe Loro, Márcia Sartor
51 Coiro, Nelson Soares Almeida Junior, Oswaldo Dalpiaz e Sani Belfer Cardon. **Destaque da**
52 **Conselheira Nirlene Aparecia Silveira Boeri:** informou que a minuta de Resolução retornou à

1 Comissão para reexame após as contribuições da Suepro. Relatou que o Colegiado se debruçou
2 sobre um relatório de sugestões, promovendo um novo olhar sobre questões pontuais, das quais
3 diversas foram acatadas e outras mantidas conforme o entendimento técnico da Comissão e das
4 instâncias conjuntas. Ressaltou que o estudo representou um esforço de excelência entre a
5 Assessoria Técnica deste Conselho, a Suepro e a Secretaria da Educação. Finalizou sublinhando que
6 a norma servirá de base sólida para os encaminhamentos da Educação Profissional no Estado,
7 agradecendo o empenho da Comissão, da Coordenação e da Presidência na finalização desta
8 demanda histórica. **Conselheira Ana Rita Berti Bagestan:** manifestou seu apoio ao relato da
9 Conselheira Nirlene, sublinhando o caráter histórico e coletivo da construção da nova Resolução,
10 cujo processo originou-se no segundo semestre de 2018. Ressaltou que, embora a Comissão inicial
11 tenha cumprido os prazos, a robustez do tema e a superveniência da Resolução CNE nº 01/2021
12 exigiram o aprofundamento dos estudos para o alinhamento normativo nacional. Destacou que a
13 norma abrange os setores público e privado do Sistema Estadual de Ensino, assegurando autonomia
14 curricular e integração com o mundo do trabalho. Enfatizou a importância da aprendizagem
15 profissional articulada ao Ensino Médio e celebrou a inovação de permitir até 20% de atividades
16 teóricas não presenciais nos cursos de Enfermagem, visando ampliar o acesso e a permanência dos
17 estudantes gaúchos. Concluiu parabenizando o Colegiado pelo esforço de oito anos em entregar
18 uma legislação aderente à realidade concreta do Estado. **Conselheiro Luís Felipe Loro:** registrou o
19 reconhecimento à condução dos trabalhos pelas Conselheiras Coordenadoras, tanto na etapa inicial
20 de discussões quanto no recente processo de reexame da normativa. Estendeu o elogio à Assessoria
21 Técnica deste Conselho, sublinhando a complexidade da elaboração dos quadros comparativos e da
22 análise minuciosa de cada sugestão frente ao texto original. Ressaltou que o rigor metodológico e o
23 comprometimento demonstrados pela equipe técnica foram fundamentais para garantir a qualidade
24 e a segurança jurídica do documento final, parabenizando todos os envolvidos pela excelência na
25 entrega. **Conselheira Márcia Sartor Coiro:** somou-se aos agradecimentos pelo empenho de todos
26 (as), destacando o encerramento do ciclo de debates após o reexame da matéria. Ressaltou que a
27 entrega desta normativa ao Rio Grande do Sul estabelece uma conexão vital entre a Educação
28 Profissional e as demandas do mercado de trabalho. Concluiu afirmando que, ao qualificar o ensino
29 técnico, este Conselho presta uma contribuição estratégica para o incremento da produtividade
30 gaúcha e para o desenvolvimento do Estado por meio da educação. **Conselheiro Sani Belfer**
31 **Cardon:** revisitou a trajetória de construção da normativa, pontuando que, após um trabalho
32 exaustivo de escuta social e debates internos, o processo de reexame ofereceu uma oportunidade
33 valiosa de autorreflexão e aperfeiçoamento do texto. Ressaltou que o acolhimento de sugestões
34 externas qualificou o documento, demonstrando a maturidade deste Colegiado em revisar suas
35 próprias produções em prol do sistema educacional. Salientou que a expectativa, na iminência da
36 aprovação, é de que a norma transponha os limites do Conselho e seja apropriada pelas instituições
37 de ensino, mantendo o foco central no estudante. Rendeu homenagem póstuma ao Conselheiro
38 Gabriel Grabowski, cuja contribuição técnica foi decisiva ao longo dos oito anos de dedicação ao
39 projeto, estendendo o reconhecimento às assessorias que subsidiaram a caminhada. Concluiu
40 manifestando o desejo de célere homologação e ampla difusão da norma à sociedade gaúcha.
41 **Conselheiro Antônio Maria Melgarejo Saldanha:** destacou a relevância da Resolução como
42 instrumento de atualização da Educação Profissional no Sistema Estadual, ressaltando que o
43 processo de reexame, provocado pela Seduc e pela Suepro, consolida uma nova dinâmica dialógica
44 prevista no regulamento do Colegiado. Relembrou o início dos estudos ao ano de 2012, pontuando
45 que a necessidade de revisão já era identificada pelas assessorias da área naquele período. Observou
46 que o extenso interstício temporal até 2026, embora marcado pela insegurança diante das frequentes
47 mudanças nas diretrizes nacionais, permitiu a maturação de uma proposta consistente e alinhada às
48 transformações das políticas públicas. Concluiu afirmando que a normativa organiza procedimentos
49 e regula novas formas de oferta, manifestando a expectativa de célere homologação para sua
50 imediata aplicação prática. **Conselheira Ana Rita Berti Bagestan:** quando os trabalhos foram
51 retomados em 2018, a Comissão já contava com um conjunto de subsídios elaborados
52 anteriormente. Esses materiais haviam sido organizados a partir de levantamentos realizados junto a

1 instituições públicas e privadas, identificando pontos que demandavam regulamentação. Ao longo
2 dos encontros da Comissão, realizados sistematicamente, foram elaborados textos e construídas
3 normativas específicas para atender essas demandas. Muitas dessas questões, inclusive, não estão
4 contempladas na Resolução CNE/CP nº 01/2021, mas puderam ser normatizadas pelo Conselho
5 Estadual, considerando sua competência legal para tratar das especificidades do sistema de ensino
6 do Estado. Destacou que esse processo exigiu a elaboração de diversos capítulos e dispositivos
7 específicos, o que também contribui para a extensão do tempo de construção da normativa.,
8 evidenciando que o período dedicado à elaboração não foi apenas extenso, mas necessário para
9 garantir a qualidade, a abrangência e a adequação do documento às demandas reais da Educação
10 Profissional no Estado. Não havendo mais manifestações, aprovada a Resolução por unanimidade.

11 **Comunicações da Presidência: 1 ANIVERSARIANTES DO MÊS DE ABRIL: 07 – ROSE**
12 **MARY DE FREITAS DA SILVA; 24 – DHIEGO RECOBA CAMPODONICO; 28 – REGINA**
13 **MARQUES PARENTE; 28 – GLÁDIS ELISE PEREIRA DA SILVA KAERCHER; 29 – FÁTIMA**
14 **ANISE RODRIGUES EHLERT. 2** Comunicamos que no dia 25 de março de 2026, foi aprovado
15 pelo Senado o Plano Nacional de Educação, pelo Senado, para o decênio 2026-2036. Estamos no
16 aguardo da sanção pelo Senhor Presidente. Principais Pontos Aprovados: - Aumento de
17 Investimento: O texto estabelece a elevação do investimento público em educação para 10% do PIB
18 ao final do período de 10 anos. - Vigência: O plano abrange o período de 2026 a 2036. -
19 Alfabetização e Educação Infantil: Estabelece metas como a alfabetização de 80% das crianças ao
20 final do 2º ano do ensino fundamental em 5 anos e a universalização do acesso à pré-escola. -
21 Educação em Tempo Integral: Expansão para que 50% das escolas públicas ofereçam tempo
22 integral em 5 anos. - Foco na Valorização Profissional: O plano contém diretrizes para a
23 valorização dos profissionais da educação. - Tramitação: O projeto relatado pela senadora Teresa
24 Leitão (PT-PE) manteve a base do texto da Câmara para evitar que a matéria retornasse àquela casa,
25 agilizando a implementação. **Participações Externas: DATA: 26 de março de 2026 – 19 horas.**
26 **EVENTO: Frente de Trabalho do Ensino Médio do Comitê da Educação básica do FONCEDE.**
27 **PARTICIPANTE: Conselheira Marcia Adriana de Carvalho, 2ª Vice Presidente do CEEed/RS;**
28 **Conselheira Sônia Veríssimo. Relato da Conselheira Marcia Adriana de Carvalho:** informou
29 que, após a reunião de organização no início do mês, o encontro atual marcou o início das
30 exposições das normativas estaduais e distritais sobre a etapa de ensino. Destacou a apresentação
31 conduzida pelo Conselheiro Pedro Flexa e equipe, do Conselho Estadual de Educação do Rio de
32 Janeiro, que detalhou as justificativas e os debates relativos à regulamentação fluminense. Ressaltou
33 que o cronograma de apresentações seguirá nos próximos meses, contemplando os itinerários
34 formativos de aprofundamento e de formação técnica e profissional das demais unidades da
35 federação. **DATA: 25 e 26 de março de 2026 EVENTO: Seminário Internacional sobre**
36 **financiamento da Educação, Organizado pela Secretaria de Articulação Intersetorial e com os**
37 **Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE-MEC), Representação da UNESCO no**
38 **Brasil, com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV). PARTICIPANTE: Conselheira Marcia**
39 **Adriana de Carvalho, 2ª Vice-Presidente do CEEed/RS. Relato da Conselheira Marcia Adriana de**
40 **Carvalho:** registrou que se tratou de uma oportunidade bastante importante de participação. O
41 seminário, embora não tenha contado com um número expressivo de participantes em termos
42 quantitativos, reuniu representações institucionais extremamente relevantes. Estiveram presentes
43 representantes do FONCEDE, representando os Conselhos Estaduais e Distrital; da UNCME,
44 representando os Conselhos Municipais de Educação; do Fórum Nacional de Educação; além da
45 UNDIME, tanto em suas seccionais estaduais quanto em âmbito nacional. Também houve
46 participação do CONSEDE, especialmente por meio de Secretários de Estado e, de forma bastante
47 significativa, de Secretários das capitais, sendo que o Conselho que os representa, inclusive, mediou
48 um dos painéis. O seminário ocorreu ao longo de dois dias intensos de trabalho, com
49 aprofundamento nas discussões sobre o financiamento da educação. Foram realizados, ao todo, sete
50 painéis. O primeiro painel abordou o financiamento global da educação, contando com a
51 participação de representantes do Ministério da Educação, da UNESCO e também da OCDE,
52 trazendo uma perspectiva mais ampla e internacional sobre o tema. O segundo painel tratou do

1 Plano Nacional de Educação (PNE) e os desafios relacionados ao financiamento. Destacou-se o
2 objetivo de ampliação do investimento em educação, com a meta de atingir um determinado
3 percentual do PIB ao longo da próxima década, evidenciando os desafios ainda existentes para o
4 cumprimento dessas metas. O terceiro painel teve como foco o Fundeb, considerado um dos
5 principais pilares do financiamento da Educação Básica. Foi ressaltada sua importância para a
6 qualificação da educação em todas as etapas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Na
7 sequência, discutiu-se o sistema de governança e sua relação com o financiamento da educação
8 brasileira. Nesse ponto, foram destacadas as dificuldades ainda existentes no regime de colaboração
9 e na cooperação federativa, especialmente em situações em que há desencontro entre a
10 responsabilidade pela infraestrutura e o atendimento aos (às) estudantes, o que, muitas vezes,
11 dificulta a aplicação dos recursos. Também foi debatido o tema do Custo Aluno-Qualidade (CAQ),
12 já previsto na Constituição a partir da Emenda Constitucional nº 108/2020, mas que ainda enfrenta
13 desafios em sua implementação. Nesse contexto, foi mencionada a recente atualização da legislação
14 educacional, que passa a incluir parâmetros mínimos de infraestrutura para o funcionamento das
15 escolas, vinculados a esse conceito. O penúltimo painel tratou dos sistemas de transparência e
16 controle social no financiamento da educação. Nesse espaço, foi apresentada uma pauta específica
17 da UNCME, que defende a criação de câmaras específicas dentro dos Conselhos Municipais de
18 Educação para tratar do acompanhamento do financiamento, especialmente em municípios de
19 pequeno porte. Ressaltou-se que, na maioria dos casos, os municípios contam com conselhos
20 distintos para educação, Fundeb e alimentação escolar, o que fragmenta o acompanhamento das
21 políticas. Por fim, o último painel abordou a inovação e mecanismos alternativos de financiamento.
22 Foram apresentadas experiências internacionais, algumas já implementadas há mais de uma década,
23 especialmente em países africanos, que não obtiveram êxito significativo. Diante disso, o debate
24 acabou se concentrando na busca por novas fontes de financiamento no contexto brasileiro, como a
25 taxação de grandes fortunas e a destinação mais efetiva de recursos provenientes, por exemplo, dos
26 royalties do petróleo para áreas como saúde e educação. O Seminário Internacional sobre
27 Financiamento da Educação ocorreu em Brasília, nos dias 25 e 26, e contou com a participação
28 desta representação, juntamente com Sara Vitral, do Conselho de Minas Gerais, ambas atuando no
29 âmbito do Comitê da Educação Básica do FONCEDE. Registrou que, no segundo dia, precisou se
30 ausentar em razão de compromissos institucionais em seu Estado. **DATA:** de 25 a 27 de março de
31 2026. **EVENTO:** 50ª Reunião Plenária Nacional do Colegiado de Diretores e Secretários de
32 Conselhos de Educação (CODISE), em Campo Grande/MS. **PARTICIPANTE:** Conselheira
33 Presidente, Fátima Rodrigues Ehlert; Profª Patricia Rodrigues Braunn, Presidente do CODISE e
34 Profª Maria da Graça Fiorioli, Chefe de Gabinete do CEE/RS. 25 de março de 2026: Palestra de
35 Abertura: Conselho Estadual de Educação e o Sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul,
36 Palestrante: Profª Dra. Celi Correa Neres – Presidente do CEE/MS; 11h Palestra: Educação
37 Profissional e Tecnológica nos sistemas de ensino e o Propag (Programa de Pleno Pagamento de
38 Dívidas dos Estados), Palestrante: Prof. Davi Oliveira Santos - Conselheiro CEE/MS; 14h Palestra:
39 Regulamentação e editais de Avaliações Institucionais Externas na Educação Básica e Superior: o
40 papel dos Conselhos de Educação na seleção e gestão de bancos de especialistas, Palestrante: Profª
41 Ma. Patrícia Rodrigues Braunn – Presidente do Codise e Secretária- Geral do CEE/RS;
42 Palestrante: Profª Ana Paula de Araújo – Gestora do Núcleo de Avaliação da Coordenadoria Geral
43 de Planejamento e Avaliação Educacional – CGEPLAV – Secretaria de Estado de Educação –
44 SED/MS. Palestra: Educação a Distância e formação de professores Palestrante: Profª Dra. Miriam
45 Brum Arguelho – Faculdade de Educação- UFMS/MS. 26 de março: Palestra: Regulamentação da
46 Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais para
47 Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, Palestrante: Profª Ma. Adriana
48 Aparecida Burato Marques Buytendorp – Superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica
49 (SUDEB) da Secretaria de Estado de Educação – SED/MS e Conselheira do CEE/MS. A
50 importância dos órgãos colegiados nos sistemas de ensino: Palestrante: Profª Maria da Graça
51 Fiorioli – Chefe de Gabinete do CEE/RS, Palestrante: Profª Raimunda Aurila Maia Freire –
52 Secretária Executiva do CEE/CE, Palestrante: Profª Ana Célia Vale Martins – Secretária-Geral do

1 CEE/MA e Palestrante: Prof^a Kátia Cilene de Vilhena Gouvêa Tárrio – Secretária Executiva do
2 CEE/PA. A consolidação do Sistema Nacional de Educação: o papel dos Conselhos de Educação
3 como guardiões do direito à aprendizagem e da qualidade social e Elaboração do novo Plano
4 Nacional de Educação e Monitoramento dos Planos Estaduais de Educação: Palestrante: Prof. Me.
5 Felipe Michel Braga – Presidente do Foncede; Palestrante: Prof^a Dra. Fátima Anise Rodrigues
6 Ehlert – Presidente do CEE/RS e Palestrante: Prof^a Dra. Celi Correa Neres – Presidente do
7 CEE/MS. Dia 27 de março: CODISE: Fluxograma dos processos nos Conselhos de Educação:
8 apresentação de experiências por Codiseanos (as). Visita técnica ao Bioparque Pantanal e
9 PLENÁRIA CODISE – encaminhamentos e definição de ações futuras. Na próxima semana a
10 Secretária Geral fará a exposição do evento com os vídeos que foram passados no decorrer do
11 evento e que abordam a trajetória e importância deste Colegiado para os Conselhos Estaduais de
12 Educação, pois todos sabemos o suporte e trabalhos realizados pelas equipes para que possamos
13 atender as demandas com qualidade e celeridade. Carlos Jamil Cury Ex-Conselheiro do CNE e
14 CEE/MG; membro do Conselho Superior da CAPES. Francisco Carbonari; Ex-Conselheiro
15 CEE/SP; Educador e Secretário Executivo da Associação Brasileira de Escolas Particulares.
16 Maurício Fernandes Pereira; Conselheiro do CEE/SC, Francisco Aparecido Cordão; Ex-
17 Conselheiro do CNE e CEE/SP, Oswaldir Ramos; Secretário Executivo e Conselheiro do CEE/SC
18 Em especial, aos pedido da Presidente do Codise, Secretária Geral Patrícia Braunn, o Conselheiro
19 Oswaldir Ramos homenageou o saudoso Secretário Executivo do CEE Santa Catarina, Álvaro
20 Barros da Silveira, falecido em 2014. Em especial, a pedido da Presidente do Codise, Secretária
21 Geral Patrícia Braunn, o Conselheiro Oswaldir Ramos homenageou o saudoso Secretário Executivo
22 do CEE Santa Catarina, Álvaro Barros da Silveira, falecido em 2014. Álvaro foi um dos fundadores
23 do Codise, dedicando-se de forma exemplar ao Colegiado. Professores de renomada expertise na
24 educação brasileira que tiveram protagonismo na fundação e apoio ao fortalecimento do Codise ao
25 longo de seus 26 anos de história. **DATA:** 25 a 27 de março. **EVENTO:** South Summit Brazil,
26 **PARTICIPANTES:** Conselheiras Fabiane de Oliveira, Letícia Grigoletto, Márcia Coiro, o
27 Conselheiro Luis Felipe e a Assessora Técnica Kate Schneider. **Conselheira Fabiane Cristina**
28 **Martins de Oliveira:** relatou sua participação no evento, destacando que a expressão “em
29 movimento” sintetiza o atual momento institucional, pautado pela inovação e pela construção de
30 conexões interpessoais e técnicas. Ressaltou que os debates centraram-se na tríade sustentabilidade,
31 resiliência e educação, com especial ênfase às emergências climáticas e à necessidade de
32 investimentos estruturais. Salientou que a disseminação do conhecimento a partir da base escolar
33 foi apontada como premissa para o enfrentamento dos desafios globais, observando a plena
34 convergência entre as práticas deste Colegiado e as tendências discutidas no fórum. Concluiu
35 agradecendo a oportunidade de representar este Conselho e reafirmando o compromisso com a
36 continuidade das reflexões compartilhadas. **Conselheiro Luís Felipe Loro:** relatou sua participação
37 no evento de inovação, ressaltando que, apesar da agenda restrita, a oportunidade permitiu
38 consolidar conexões transversais essenciais entre diferentes segmentos. Pontuou a necessidade de
39 articulação intersetorial para o êxito das políticas públicas, observando, com satisfação, o aumento
40 do espaço dedicado à Educação Básica nesta edição. Destacou o acompanhamento, junto à
41 Conselheira Letícia, da etapa final de projetos de alunos da Rede Estadual, manifestando-se
42 motivado pela qualidade das iniciativas apresentadas. Concluiu reafirmando que não há debate
43 viável sobre inovação e futuro que prescindida da centralidade do processo educativo. **Conselheira**
44 **Márcia Sartor Coiro:** sublinhou o avanço do Rio Grande do Sul na análise de dados como suporte
45 à gestão escolar e governamental. Detalhou a apresentação do sistema SEI, enfatizando que sua
46 robustez permitirá uma gestão fiscal e administrativa mais ágil e integrada, alcançando todas as
47 municipalidades sem custos adicionais. Pontuou a diversidade temática do evento, que abrangeu
48 desde a inclusão de estudantes com deficiência até o incentivo ao protagonismo feminino na ciência
49 e inovação. Salientou o reconhecimento público de iniciativas da Secretaria de Educação,
50 acompanhadas pela titular da pasta, e destacou o papel das instituições de ensino superior na
51 qualificação técnica dos projetos apresentados, consolidando um ambiente de cooperação científica
52 e administrativa. **Conselheira Letícia Grigoletto dos Santos:** relatou a importância da

1 representação deste Colegiado em eventos de inovação e resiliência climática, destacando a
2 participação no painel "Professora do Amanhã", conduzido pela Secretária Raquel Teixeira, sobre a
3 política de formação docente e oferta de bolsas de licenciatura. Ressaltou o lançamento da política
4 de tecnologia e do Referencial Curricular Gaúcho de Computação, enfatizando o reconhecimento
5 público das diretrizes deste Conselho, em especial a Resolução nº 382/2024 e a Deliberação nº
6 1041/2025. Salientou que a validação normativa deste Referencial, consolidada em dezembro de
7 2025, reafirma a articulação entre as demandas contemporâneas e o Sistema Estadual de Ensino,
8 evidenciando o protagonismo do CEEEd/RS na fundamentação das políticas educacionais do Estado.
9 Neste momento, a Presidente Fátima Ehlert anunciou **intervalo de 15 minutos. Presidente Fátima**
10 **Ehlert:** damos continuidade à Sessão Plenária deste dia primeiro de abril onde nesse momento
11 recebemos a Senhora Secretária de Estado da Educação Prof^a Raquel Teixeira, em conformidade
12 com o Art. 16, § 3º do Regimento Interno, motivo pelo qual estenderemos a Plenária de hoje.
13 Acolheu a Secretária de Estado da Educação, Professora Raquel Teixeira, ressaltando a relevância
14 do diálogo contínuo entre o Conselho e a Secretaria nas esferas de gestão e nas comissões técnicas.
15 Destacou que a atuação conjunta tem se dedicado a temas emergentes e à otimização dos fluxos de
16 trabalho, mencionando como exemplo a aprovação, na presente sessão, do reexame da Resolução
17 da Educação Profissional. Salientou que o Rio Grande do Sul atua de forma pioneira na construção
18 coletiva desses processos, antecipando diretrizes do Sistema Nacional de Educação. Por fim,
19 colocou a sessão à disposição da Secretária para sua abordagem sobre o tema da Alfabetização e
20 demais programas estruturantes da Seduc. **Secretária de Estado da Educação Prof^a Raquel**
21 **Teixeira:** iniciou sua fala cumprimentando a Presidente, os Vice-presidentes e todos os membros
22 do Conselho, estendendo sua saudação a cada Conselheiro e Conselheira presente. Destacou que a
23 data marca também um momento significativo em sua trajetória: no dia 1º de abril de 2021, assumiu
24 oficialmente o cargo na Secretaria da Educação, celebrando, portanto, cinco anos de atuação à
25 frente da pasta. Ressaltou sua satisfação e surpresa por ter permanecido por um período mais longo
26 do que inicialmente imaginava, destacando que esses anos foram marcados por intenso aprendizado
27 e crescimento. Pontuou que o período foi atravessado por grandes desafios, como a pandemia e uma
28 grave catástrofe climática, além de importantes mudanças estruturais na educação. Apesar das
29 dificuldades, enfatizou que houve superação e que o trabalho coletivo do conselho foi essencial
30 nesse processo. Relembrou que o ano de 2025 foi encerrado com indicadores positivos,
31 demonstrando que o sistema educacional, mesmo diante das adversidades, apresenta atualmente
32 estabilidade e sustentabilidade, com avanço futuro. Registrou seu agradecimento aos membros que
33 deixarão o Conselho na nova composição a partir do dia 15 de abril. Destacou que as instituições
34 são construídas pelas pessoas que por elas passam e reconheceu o legado deixado por cada
35 Conselheiro (a). Em nome da educação gaúcha, manifestou gratidão pelas contribuições e desejou
36 boas-vindas aos (às) novos (as) integrantes, reforçando a importância da continuidade do espírito de
37 colaboração, união e compromisso com a educação pública. Explicou que sua participação na
38 reunião tem como objetivo principal explicar os recentes resultados da alfabetização, diante de
39 interpretações equivocadas que vêm circulando. Destacou a importância do Conselho como agente
40 disseminador de informações corretas. Apresentando um panorama dos dados, afirmou que, mesmo
41 com os impactos da pandemia e das enchentes, os indicadores de aprendizagem, especialmente em
42 Língua Portuguesa e Matemática, demonstram trajetória de recuperação e crescimento ao longo dos
43 anos. Ressaltou, porém, que a alfabetização, especialmente no segundo ano do Ensino Fundamental,
44 sofreu impactos mais significativos. Ao contextualizar os dados históricos, explicou que, em 2019,
45 o índice de alfabetização era de 61,8%, sofrendo queda para 48,2% em 2021, em decorrência direta
46 da pandemia. Com o retorno gradual das atividades presenciais, houve recuperação em 2023,
47 alcançando 63,4%. Entretanto, em 2024, as enchentes provocaram nova queda expressiva, levando
48 o índice a cerca de 44%. Em 2025, observou-se uma recuperação parcial, atingindo 52%, ainda que
49 em ritmo mais lento. Destacou que esses resultados precisam ser analisados à luz das condições
50 vivenciadas pelas crianças, muitas das quais tiveram prejuízos significativos em sua trajetória
51 escolar desde a Educação Infantil. Enfatizou que se trata de uma geração marcada por perdas
52 acumuladas de aprendizagem, exigindo ações pedagógicas contínuas e específicas ao longo dos

1 próximos anos. Apresentou, ainda, estudos que evidenciam o impacto direto das enchentes na
2 aprendizagem, especialmente em regiões mais afetadas, onde houve perda equivalente a até um ano
3 letivo. Ressaltou que há uma correlação evidente entre os territórios mais atingidos e os piores
4 indicadores de alfabetização. Como resposta a esse cenário, destacou a implementação do programa
5 Alfabetiza Tchê RS, estruturado em regime de colaboração entre Estado e municípios, com adesão
6 total das redes municipais. O programa contempla investimentos significativos em formação
7 docente, materiais didáticos, avaliações e incentivos às escolas, com o objetivo de fortalecer a
8 alfabetização e apoiar a recuperação das aprendizagens. Salientou que a análise atual está sendo
9 feita de forma mais detalhada, considerando habilidades específicas de leitura e escrita, o que
10 permitirá intervenções pedagógicas mais direcionadas. Informou que apenas uma das habilidades
11 avaliadas apresentou avanço, enquanto as demais registraram queda, indicando a necessidade de
12 ajustes nas estratégias educacionais. Reforçou que as críticas aos resultados precisam considerar o
13 contexto excepcional vivido pelo Estado, destacando que não se trata de falhas de gestão, mas de
14 impactos decorrentes de eventos externos severos. Defendeu que o mais importante é a capacidade
15 de resposta, planejamento e execução de políticas públicas adequadas, o que, segundo ela, está
16 sendo realizado. Solicitou o apoio do Conselho na disseminação de informações corretas e na
17 construção coletiva de soluções, reafirmando o compromisso com a recuperação da aprendizagem e
18 o fortalecimento da educação pública. Colocou-se à disposição para informações adicionais e
19 sugeriu a realização de uma reunião futura específica para aprofundamento das estratégias em
20 andamento. **Presidente Fátima Ehlert:** agradeceu a exposição da Secretária Raquel Teixeira,
21 classificando-a como necessária e oportuna. Ressaltou a participação ativa deste Conselho no
22 Comitê Estratégico do Programa Criança Alfabetizada, representado pela Presidente e pelo
23 Conselheiro Fabrício Soares, que tem acompanhado assiduamente as agendas e os desdobramentos
24 do programa. Salientou a importância das correlações entre os resultados dos estudos apresentados
25 e as metas de alfabetização no Estado, solicitando o encaminhamento do estudo do Banco Mundial
26 e dos materiais da reunião com a UNDIME/RS para disponibilização e análise técnica de todo o
27 Colegiado. Ato contínuo, disponibilizou a palavra aos (às) demais Conselheiros (as) para
28 manifestações. **Conselheira Karla Fernanda Wunder da Silva:** destacou a relevância do relato
29 apresentado, enfatizando a didática na exposição dos dados, o que contribui significativamente para
30 a compreensão de um tema tão complexo. Manifestou sua preocupação, especialmente a partir de
31 sua perspectiva como pesquisadora, com a necessidade de analisar de forma contínua as perdas de
32 aprendizagem observadas, a fim de que não se perca o olhar atento para as crianças impactadas pela
33 pandemia e pelas enchentes, as quais denominou como “filhos da pandemia” e “filhos da enchente”.
34 Ressaltou que esse acompanhamento é fundamental para evitar processos de iatrogenia, ou seja, a
35 produção de deficiências decorrentes de fatores sociais e pedagógicos, e não de condições
36 intrínsecas às crianças. Enfatizou que os dados apresentados evidenciam perdas significativas no
37 processo de aprendizagem, exigindo um olhar pedagógico sensível e cuidadoso. Destacou que a
38 recuperação dessas aprendizagens não ocorrerá em curto prazo, demandando acompanhamento
39 contínuo e estratégias de longo alcance. Alertou que, caso esse processo não seja devidamente
40 observado e conduzido, há o risco de agravamento das desigualdades e da produção social de
41 déficits educacionais. Nesse sentido, afirmou sentir-se satisfeita ao perceber que já há um olhar
42 atento sendo direcionado a essa realidade, mas reforçou a importância de que esse cuidado também
43 alcance os (as) professores(as). Destacou que os (as) docentes precisarão de formação continuada,
44 acompanhamento e suporte, considerando que, muitas vezes, chegam à prática profissional com
45 lacunas em sua formação inicial. Pontuou ainda o papel das universidades na formação docente,
46 reconhecendo os esforços realizados, mas ressaltando os desafios enfrentados no cotidiano escolar,
47 que por vezes dificultam um olhar mais aprofundado sobre as necessidades específicas dos (as)
48 estudantes. Defendeu a construção de uma rede de apoio e sustentação ao (à) professor (a), que
49 inclua suporte pedagógico, científico e institucional. Destacou que o desenvolvimento das crianças
50 deve ser compreendido de forma longitudinal, indo além de avaliações pontuais ou resultados de
51 fim de ano, e que o foco deve estar no acompanhamento contínuo do desenvolvimento integral dos
52 (as) estudantes, o que exige sensibilidade, tempo e compromisso coletivo. Reiterou sua satisfação

1 com o debate e com a abordagem apresentada, reconhecendo a importância do tema para o presente
2 e o futuro da educação. **Secretária de Estado da Educação Profª Raquel Teixeira:** manifestou
3 sua concordância com a Conselheira, enfatizando a necessidade de superar estigmas históricos por
4 meio do conhecimento científico e do monitoramento rigoroso. Ressaltou o compromisso ético e
5 moral das instituições, Secretaria, Conselho, Universidades e sociedade em acompanhar a trajetória
6 das crianças afetadas pelas recentes adversidades climáticas, especialmente aquelas que se
7 encontram em fases críticas do desenvolvimento. Salientou que este público, que vivenciou a
8 pandemia aos quatro anos de idade e agora enfrenta os impactos das enchentes, exige um olhar
9 embasado, empático e cientificamente orientado para garantir o pleno desenvolvimento de suas
10 trajetórias de vida futuras. **Conselheiro Fabrício Soares:** buscou complementar as informações
11 apresentadas anteriormente, trazendo contribuições a partir do trabalho desenvolvido no âmbito do
12 Comitê Estratégico responsável pelo acompanhamento do Programa Criança Alfabetizada, do
13 Ministério da Educação. Destacou que o comitê tem analisado atentamente os resultados da
14 alfabetização, bem como acompanhado as ações de formação de professores (as), consideradas
15 centrais para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Ressaltou que, para o ano em
16 curso, está previsto um calendário robusto de formações, contemplando atividades presenciais e
17 também em formato híbrido, o que amplia o alcance e a participação dos (as) profissionais da
18 educação. Enfatizou que este será, possivelmente, o ano mais significativo em termos de formação
19 docente desde o início do programa, especialmente em razão da articulação com universidades,
20 responsáveis por assessorar tecnicamente o Comitê. Mencionou o importante papel da Universidade
21 Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tem contribuído diretamente na orientação e
22 qualificação das ações formativas, garantindo maior consistência pedagógica ao processo. Salientou
23 que, além da formação voltada aos (às) professores (as) dos anos iniciais com foco especial no
24 primeiro e segundo anos, tanto da rede estadual quanto da rede municipal, há também outro
25 programa do Ministério da Educação que inspira confiança quanto aos resultados futuros. Ressaltou
26 que a alfabetização deve ser compreendida como um processo que se inicia na pré-escola e se
27 consolida ao longo dos primeiros anos do Ensino Fundamental, exigindo continuidade e integração
28 entre as etapas. Afirmou que, com o conjunto de ações em andamento, incluindo formação docente,
29 materiais didáticos complementares e apoio pedagógico, a expectativa é de que os resultados
30 evoluam positivamente ao longo do tempo. Ponderou que esse avanço depende também da ausência
31 de novos eventos excepcionais que possam impactar o sistema educacional, como os já vivenciados
32 recentemente. Trouxe uma preocupação observada no cotidiano escolar, especialmente a partir do
33 relato de professores (as) dos anos iniciais: o aumento da infrequência dos (as) estudantes. Destacou
34 que esse é um fenômeno que, antes da pandemia, era pouco recorrente, mas que tem se tornado
35 mais presente e merece atenção, por seu potencial impacto negativo no processo de aprendizagem e
36 no desenvolvimento das crianças. Destacou que, historicamente, os maiores índices de evasão
37 escolar concentravam-se nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; no entanto,
38 chamou atenção para uma mudança recente nesse cenário, com o surgimento de problemas também
39 nos anos iniciais, especialmente relacionados à infrequência. Ressaltou que, embora a evasão ainda
40 seja menos expressiva nessa etapa, a baixa frequência tem se tornado um fator preocupante,
41 sobretudo entre estudantes do primeiro e segundo anos, justamente no período mais sensível do
42 processo de alfabetização, impactando diretamente a consolidação das aprendizagens básicas,
43 comprometendo o desenvolvimento educacional das crianças. Apresentou uma sugestão já discutida
44 no âmbito do Comitê: a necessidade de aprofundar estudos sobre esse fenômeno, compreendendo
45 suas causas e desdobramentos. Enfatizou que se trata de uma questão que ultrapassa os limites da
46 escola, exigindo uma abordagem intersetorial e, destacou a importância do envolvimento de outras
47 áreas, especialmente da assistência social dos municípios, considerando que, no caso de crianças de
48 seis e sete anos, a responsabilidade pelo deslocamento até a escola recai integralmente sobre as
49 famílias. Observou que essas crianças não possuem autonomia para frequentar a escola sozinhas, o
50 que torna fundamental o comprometimento dos pais ou responsáveis. Alertou para a existência de
51 situações de negligência familiar em relação à frequência escolar dessas crianças, configurando um
52 ponto crítico que precisa ser enfrentado com políticas públicas integradas e ações articuladas entre

1 educação, assistência social e demais setores envolvidos. Reforçou a necessidade de atenção e
2 atuação conjunta para garantir o direito à educação desde os primeiros anos escolares. **Secretária**
3 **de Estado da Educação Profª Raquel Teixeira:** sublinhou a complexidade das causas da
4 infrequência escolar na região metropolitana, citando o trauma da chuva como um fator impeditivo
5 para a assiduidade discente. Relatou experiência de visita técnica a uma escola no bairro Sarandi,
6 onde observou índices acentuados de infrequência em dias de precipitação pluviométrica. Informou
7 que, conforme relatos da gestão escolar, a ausência de estudantes da Educação Infantil e dos anos
8 iniciais está associado a traumas psicossociais decorrentes das enchentes, manifestando-se em
9 quadros de pânico e insegurança das famílias em relação ao ambiente escolar em dias de chuva.
10 Ressaltou que este componente psicológico e o impacto do trauma climático são variáveis
11 determinantes nos estudos de fluxo e frequência que a Secretaria de Educação vem desenvolvendo
12 para qualificar o atendimento na rede pública. **Conselheira Márcia Sartor Coiro:** pontuou que o
13 fenômeno da infrequência por traumas climáticos repercute em todo o Estado, gerando
14 vulnerabilidade e preocupação entre os docentes. Sublinhou a importância do reforço na formação e
15 no acolhimento aos (às) professores (as), defendendo a proteção da categoria frente a críticas
16 externas. Informou que, no dia 25 de março, o Conselho recebeu a Diretora Sandra e o Assessor
17 Jonathan no âmbito do Espaço do Regime de Colaboração, onde foram apresentados resultados
18 preliminares do Programa de Recomposição das Aprendizagens e debatidos critérios de avaliação.
19 Ressaltou que uma nova agenda técnica já foi acordada para um debate mais específico em conjunto
20 com a UNDIME/RS, reafirmando o papel deste Conselho na organização de espaços de diálogo
21 qualificado para a transparência das políticas educacionais. **Conselheira Fabiane Cristina Martins**
22 **de Oliveira:** relatou a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária de Educação Ambiental,
23 destacando que a nova minuta propõe a complementação e atualização da Resolução nº 363/2021.
24 Ressaltou que o texto incorpora o conceito de Educação Ambiental Climática e padroniza
25 nomenclaturas em conformidade com as diretrizes da Defesa Civil do Estado, após reunião técnica
26 de alinhamento realizada com as equipes do órgão. Salientou que o trabalho, coordenado por ela em
27 conjunto com as Conselheiras Marcia Carvalho, Letícia e o Conselheiro Antônio, busca a
28 convergência entre as políticas educacionais e de proteção civil. Concluiu informando que a matéria
29 será submetida à Reunião Conjunta nos próximos dias para posterior encaminhamento ao Plenário,
30 reforçando o pioneirismo do Estado na construção de normativas resilientes. **Secretária de Estado**
31 **da Educação Profª Raquel Teixeira:** manifestou seu reconhecimento ao protagonismo do Rio
32 Grande do Sul no enfrentamento das adversidades climáticas, sublinhando que o Estado assumiu a
33 liderança na busca por soluções estruturantes para o sistema educacional. Ressaltou que o modelo
34 de Escola Resiliente desenvolvido em regime de colaboração tem obtido reconhecimento nacional e
35 internacional, transformando os desafios impostos pelas enchentes em avanços normativos e
36 pedagógicos. Salientou que a trajetória percorrida pelo Conselho, em conjunto com a Secretaria de
37 Educação, representa uma vitória institucional e técnica que merece ser celebrada. Concluiu
38 parabenizando o Colegiado e os parceiros institucionais pela condução firme e propositiva das
39 políticas de gestão de risco e resiliência escolar. **Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva**
40 **Kaercher:** agradeceu a exposição didática da Secretária de Estado e, referente à estratégia de
41 comunicação dos indicadores de alfabetização, solicitou que os estudos e as análises da Seduc, que
42 contextualizam os resultados frente aos impactos da pandemia e das catástrofes climáticas, sejam
43 amplamente divulgados aos (às) professores (as) alfabetizadores (as) durante os processos
44 formativos de 2026. Justificou o pedido relatando o sentimento de desmotivação e sobrecarga ética
45 observado entre os (as) docentes, que frequentemente se sentem responsabilizados isoladamente
46 pelo não atingimento das metas estaduais. Ressaltou que o reconhecimento institucional das
47 variáveis externas é fundamental para o acolhimento emocional da categoria e para o fortalecimento
48 do compromisso pedagógico na rede pública. **Secretária de Estado da Educação Profª Raquel**
49 **Teixeira:** acolheu o alerta da Conselheira Gládis, reconhecendo a complexidade dos fluxos de
50 comunicação institucional. Ressaltou que a análise detalhada dos indicadores de alfabetização
51 dependia do recebimento dos microdados do INEP, os quais permitem uma avaliação mais precisa e
52 contextualizada do que os índices gerais inicialmente divulgados. Concordou com a necessidade de

1 promover uma ampla divulgação técnica dessas informações como estratégia de defesa do trabalho
2 docente e da gestão escolar, combatendo críticas superficiais que desconsideram as variáveis
3 externas. Ressaltou, por fim, que a antecipação desses dados ao Conselho, ainda que em fase de
4 validação com a UNDIME/RS, visa municiar este Colegiado, definido como espaço privilegiado de
5 interlocução, com informações fidedignas para o restabelecimento da justiça pedagógica no Estado.
6 **Conselheira Marcia Adriana de Carvalho:** ressaltou que a apresentação foi objetiva, clara e
7 didática, contribuindo para a compreensão do cenário atual da educação. Destacou a importância de
8 que esse mesmo entendimento alcance os (as) professores (as) que estão na prática cotidiana das
9 escolas, reforçando um ponto já mencionado por outros (as) Conselheiros (as). Salientou que, ao se
10 analisar os resultados de avaliações externas, não basta apenas a leitura dos dados, sendo
11 fundamental avançar na definição de estratégias e intervenções que permitam transformar esses
12 resultados. Comparou as avaliações externas ao uso de um termômetro: um instrumento que indica
13 a situação, a partir de um padrão esperado, mas que, por si só, não resolve o problema, sendo
14 necessário, a partir do diagnóstico, definir as ações adequadas conforme o contexto apresentado.
15 Reforçou que a disseminação qualificada dessas informações é essencial para orientar o trabalho
16 pedagógico nas escolas. Destacou a importância de não atribuir exclusivamente aos (às) professores
17 (as) a responsabilidade pelos resultados, reconhecendo que há múltiplos fatores envolvidos.
18 Defendeu, contudo, que é fundamental que os (as) docentes se apropriem daquilo que lhes compete,
19 seu conhecimento, sua prática e sua capacidade de intervenção pedagógica, para atuar de forma
20 efetiva na melhoria da aprendizagem. Enfatizou a relevância do diálogo com as instituições
21 formadoras, tanto no âmbito da formação continuada quanto da formação inicial. Observou que,
22 para os (as) professores (as) já em exercício, a formação continuada tem sido intensificada, muitas
23 vezes com grande demanda, justamente para suprir lacunas identificadas na prática. Destacou a
24 necessidade de que a formação inicial já contemple de maneira mais consistente a realidade das
25 escolas, especialmente das redes públicas, que concentram a maior parte das matrículas. Ressaltou
26 que muitos (as) profissionais ingressam na carreira docente sem estarem plenamente preparados
27 (as) para os desafios concretos do cotidiano escolar, o que reforça a importância de alinhar a
28 formação acadêmica às demandas reais da Educação Básica. Alertou para o risco de se incorrer em
29 outro extremo: o de justificar os resultados educacionais exclusivamente como decorrentes de
30 fatores externos, levando à chamada iatrogenia na educação. Destacou que é preciso cuidado para
31 não patologizar dificuldades que são próprias do processo educativo, muitas das quais não são
32 novas, mas que hoje se apresentam de forma mais visível e debatida. Reiterou seu agradecimento
33 pela apresentação e deixou registradas suas contribuições, colocando-se em apoio ao debate e à
34 construção de caminhos para o fortalecimento da educação. **Conselheiro Antônio Maria**
35 **Melgarejo Saldanha:** apresentou suas desculpas pelo ingresso posterior à sessão, em decorrência
36 de compromisso institucional concomitante. Buscou correlacionar sua intervenção ao cerne da
37 exposição da Secretária de Estado, sublinhando a indissociabilidade entre os processos de
38 aprendizagem e as políticas estruturantes da Seduc. Destacou, com especial ênfase, a importância
39 das estratégias de busca ativa e do monitoramento da frequência escolar como pilares fundamentais
40 para a eficácia dos programas pedagógicos e para a garantia do direito à educação no Sistema
41 Estadual. Ressaltou que os índices de aprendizagem não podem ser analisados de forma isolada,
42 pois estão diretamente relacionados às condições concretas vividas pelas famílias e pelos (as)
43 estudantes. Enfatizou que a infrequência escolar é um fator determinante, uma vez que a ausência
44 compromete diretamente as possibilidades de aprendizagem. Mencionou, como exemplo, situações
45 relatadas no cotidiano, como o medo e o pânico de crianças em dias de chuva, especialmente após
46 os eventos climáticos recentes, evidenciando como novas realidades impactam o vínculo dos (as)
47 estudantes com a escola. Compartilhou reflexões oriundas de uma entrevista recente concedida à
48 imprensa, na qual abordou questões relacionadas à violência e a comportamentos disseminados
49 entre jovens em ambientes digitais, como práticas misóginas em grupos organizados. Alertou que
50 essas dinâmicas têm repercussões concretas no ambiente escolar, manifestando-se em diferentes
51 formas de violência, inclusive entre estudantes, e contribuindo para um cenário que também
52 interfere no processo de aprendizagem. Reforçou a importância da Educação em Direitos Humanos

1 como componente essencial do currículo, destacando que o tema, inclusive, está em discussão no
2 âmbito do Conselho. Defendeu que essas abordagens precisam ser fortalecidas, pois impactam
3 diretamente o ambiente escolar e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes. Chamou atenção
4 para a forma como os resultados educacionais são frequentemente apresentados à sociedade, muitas
5 vezes associados a uma leitura simplificada de fracasso, sem a devida contextualização. Ressaltou a
6 necessidade de uma análise mais aprofundada, que considere os múltiplos fatores envolvidos.
7 Reconheceu a iniciativa da Secretaria ao implementar a progressão parcial, destacando-a como um
8 mecanismo importante para garantir a continuidade do percurso escolar dos (as) estudantes.
9 Lembrou que já havia manifestado apoio à medida anteriormente, reconhecendo a coragem da
10 gestão em adotá-la. Informou que está se preparando para encerrar sua participação no Conselho
11 nas próximas semanas. Registrou seu agradecimento à Secretária Raquel pela parceria, pelo diálogo
12 constante e pela relação institucional construída no período em que esteve na Presidência do
13 Conselho Estadual de Educação. Recordou especialmente o período crítico das enchentes, quando
14 houve intensa articulação entre o Conselho e a Secretaria para garantir encaminhamentos seguros e
15 a continuidade das atividades educacionais. Avaliou que, apesar dos desafios, foram construídas
16 soluções importantes, sempre pautadas pelo compromisso com a educação pública. Destacou que,
17 mesmo diante de eventuais divergências, a relação sempre foi marcada pelo respeito, pela franqueza
18 e pela cordialidade. Agradeceu pela convivência, pelo espaço de diálogo e reiterando seu
19 reconhecimento à liderança da Secretária à frente da educação estadual. **Conselheiro Ruben**
20 **Werner Goldmeyer:** destacou satisfação em ouvi a Secretária, ressaltando a importância de suas
21 explicações pedagógicas no âmbito do Conselho. Informou que também se encontra entre os
22 membros que estão se despedindo, aproveitando o momento para trazer algumas considerações,
23 enfatizando, desde o início, que sua manifestação não tinha caráter de crítica, mas de contribuição a
24 partir de sua experiência. Relatou sua trajetória de 50 anos na gestão escolar, sendo 30 anos na
25 educação privada e 20 anos na educação pública, o que, segundo ele, lhe proporcionou uma visão
26 ampla sobre diferentes realidades educacionais. Dstacou a importância de se analisar dados
27 estatísticos com cautela, lembrando que toda estatística deve ser interpretada de forma
28 contextualizada e com um olhar relativizado. Pontuou que, embora os dados apresentados sejam
29 relevantes, é necessário considerar que diferentes recortes podem revelar cenários distintos.
30 Mencionou, por exemplo, que o impacto das enchentes pode variar dependendo da forma como os
31 dados são analisados, seja pelo número de escolas atingidas, seja pelo número de estudantes
32 afetados (as), e que essas diferentes perspectivas podem, inclusive, evidenciar dificuldades ainda
33 maiores. Ressaltou as desigualdades entre os municípios do Estado, especialmente entre regiões
34 metropolitanas e o interior, destacando que há realidades muito distintas no atendimento
35 educacional. Observou que alguns municípios, menos impactados por eventos recentes, têm
36 apresentado resultados mais positivos, o que reforça a necessidade de considerar essas diferenças
37 nas análises. Destacou que diversas escolas particulares foram severamente atingidas pelas
38 enchentes, algumas com destruição significativa de suas estruturas, e ressaltou a capacidade de
39 rápida reorganização dessas instituições, citando casos em que, em poucos meses, as atividades já
40 haviam sido retomadas, mesmo diante de desafios emocionais e estruturais enfrentados por
41 estudantes e professores (as). Mencionou experiências concretas, como a de escolas que, mesmo
42 após sucessivos episódios de enchentes, seguem atuando e desenvolvendo estratégias para lidar com
43 os impactos, incluindo o trabalho com os medos e inseguranças da comunidade escolar. Reforçou
44 uma ideia central: os resultados educacionais são fruto do trabalho conjunto entre comunidade
45 escolar, professores (as), equipes pedagógicas e estudantes, e quando há engajamento coletivo e
46 atuação articulada, os resultados tendem a ser mais positivos, independentemente das adversidades
47 enfrentadas. Propôs que fossem valorizadas e analisadas experiências exitosas, tanto da rede pública
48 quanto da privada, por meio de estudos de caso, permitindo compreender quais estratégias têm sido
49 eficazes em diferentes contextos. Avaliou que ouvir essas experiências pode contribuir
50 significativamente para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais. **Secretária de**
51 **Estado da Educação Profª Raquel Teixeira:** manifestou interesse em agendar reunião com o
52 Conselheiro para o aprofundamento do debate sobre métricas educacionais e resultados por unidade

1 escolar. Destacou que a Seduc dispõe de dados individualizados, contemplando tanto a rede pública
2 quanto a privada, com recortes específicos sobre o desempenho dos municípios. Informou que a
3 Secretaria tem convocado os (as) gestores (as) municipais de educação para diálogos sobre esses
4 indicadores, propondo ao Conselho uma agenda específica de discussões para o compartilhamento
5 de boas práticas e para a qualificação das decisões baseadas em evidências. **Conselheiro Nirlene**
6 **Aparecida Silveira Boeri:** destacou a qualidade das apresentações, frequentemente referidas como
7 verdadeiras aulas pela fácil compreensão e profundidade com que os temas são abordados.
8 Ressaltou a relevância da análise dos dados educacionais em diferentes espaços, especialmente no
9 âmbito do Conselho, considerando esse exercício fundamental para a compreensão do cenário
10 educacional. Reforçou a importância de que os dados educacionais sejam amplamente
11 compartilhados e compreendidos por todos os envolvidos, especialmente nas redes de ensino.
12 Destacou sua experiência no interior do Estado, onde esse trabalho tem sido desenvolvido por meio
13 das Coordenadorias Regionais, especialmente nas reuniões de governança, nas quais gestores (as) e
14 professores (as) analisam os dados e conseguem se reconhecer dentro deles. Enfatizou que essa
15 leitura contextualizada é essencial, pois os dados carregam marcas dos eventos recentes, como a
16 pandemia e as enchentes. Relatou que, em sua região, também houve recentemente situações
17 climáticas graves, o que lhe permitiu vivenciar de forma concreta aspectos que antes lhe pareciam
18 mais distantes, como o medo das crianças diante de mudanças no clima. Observou que, hoje,
19 situações como a formação de nuvens já geram insegurança nos (as) estudantes, evidenciando
20 impactos emocionais que interferem diretamente no ambiente escolar. Reiterou que a disseminação
21 dos dados é fundamental não para responsabilizar individualmente os (as) professores (as), mas
22 para orientá-los (as) e apoiá-los (as) na compreensão do contexto em que atuam. Destacou que os
23 (as) profissionais da educação têm avançado nesse entendimento, reconhecendo os dados como
24 ponto de partida para o planejamento pedagógico e para a definição de estratégias. Reforçou a
25 necessidade de ampliar cada vez mais esse movimento de análise e debate nas redes de ensino,
26 garantindo que essas reflexões cheguem efetivamente à ponta do sistema, à Educação Básica, em
27 todas as suas dimensões, sejam elas municipais, estaduais ou privadas. **Presidente Fátima Ehlert:**
28 agradeceu a presença da Secretária Raquel e explanação realizada, destacando a relevância dos
29 pontos apresentados para a compreensão do cenário educacional atual. Ressaltou que todos (as),
30 independentemente de suas funções ou regiões de atuação, foram impactados (as) de alguma forma
31 pelos eventos recentes, especialmente pela enchente, que atingiu não apenas estruturas, mas
32 também pessoas, famílias e a sociedade como um todo. Relembrou que, assim como ocorreu
33 durante a pandemia, trata-se de situações que mobilizam sentimentos de solidariedade e, muitas
34 vezes, de impotência diante da magnitude dos acontecimentos. Enfatizou a importância de que as
35 políticas públicas sejam pensadas a partir dessas experiências e implementadas com
36 acompanhamento contínuo, por meio de processos permanentes de avaliação e monitoramento.
37 Destacou o conceito de equidade como central nesse contexto, reforçando que as ações
38 desenvolvidas devem garantir o direito de aprender a todos (as) e a cada estudante, com qualidade.
39 Agradeceu à Secretária pela publicação, no Diário Oficial, da nomeação dos (as) novos (as)
40 Conselheiros (as), ressaltando a importância desse ato ocorrer antes do encerramento do mandato
41 vigente; essa antecipação traz tranquilidade para a continuidade dos trabalhos do Conselho, tanto
42 para os (as) Conselheiros (as) que permanecem quanto para a própria gestão. Informou sobre o
43 planejamento para o processo de transição, destacando a intenção de realizar, no dia 15 de abril, a
44 posse dos (as) novos (as) Conselheiros (as), juntamente com o encerramento do mandato atual.
45 Explicou que, no dia seguinte, os (as) novos (as) integrantes já participarão de uma formação
46 interna sobre o funcionamento do Conselho e, posteriormente, serão encaminhados às suas
47 respectivas Comissões, garantindo que, a partir do dia 20 de abril, estejam plenamente integrados
48 (as) às atividades. Salientou que a antecipação da nomeação reflete o diálogo efetivo que vem sendo
49 construído entre o Conselho e a Secretaria, permitindo o enfrentamento das dificuldades com
50 organização, gestão e cooperação. Informou sobre o fortalecimento das atividades do Conselho,
51 mencionando a recente locação de um veículo próprio, o que possibilitará a ampliação das ações de
52 fiscalização e a realização de agendas regionais. Destacou o movimento de interiorização das

1 atividades, por meio da iniciativa “CEED em Movimento”, que já conta com eventos previstos e em
2 andamento. Por fim, reiterou o agradecimento à Secretária Raquel pela presença e colocou o
3 Conselho à disposição para o diálogo permanente, tanto por iniciativa da Secretaria quanto por
4 convite do próprio Colegiado, sempre que necessário. Reafirmou o papel do Conselho Estadual de
5 Educação como órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador do Sistema Estadual de
6 Ensino, abrangendo todas as redes. Encerrando, concedeu a palavra à Secretária para suas
7 considerações finais e orientou que, na sequência, a Plenária prosseguisse com os demais temas da
8 pauta. **Secretária de Estado da Educação Prof^a Raquel Teixeira:** manifestou seu agradecimento
9 à Presidente Fátima e aos (às) demais integrantes do Colegiado, destacando que o momento de
10 intercâmbio vivenciado na presente sessão reafirma o efetivo Regime de Colaboração estabelecido
11 entre a Secretaria de Estado da Educação (Seduc/RS) e este Conselho. Registrou agradecimento
12 especial aos (às) Conselheiros (as) cujos mandatos se encerram em 15 de abril, saudando
13 antecipadamente os (as) novos (as) integrantes como parte do ciclo de renovação institucional. Ao
14 refletir sobre o período de Páscoa e a Semana Santa, a manifestação trouxe à Plenária uma
15 perspectiva de felicidade fundamentada na obra de Érico Veríssimo, inspirada na recente
16 inauguração da Escola Estadual Margarida Pardelhas, em Cruz Alta. Relembrou o compromisso
17 assumido em 2021 para a reconstrução da referida instituição, demanda histórica aguardada desde
18 2014, e a satisfação em entregar à comunidade escolar um espaço de excelência. Ressaltou o
19 simbolismo da patronesse, Margarida Pardelhas, que fora professora do escritor gaúcho, para
20 introduzir o conceito verissimiano de felicidade: a certeza de que a vida não se passa inutilmente,
21 mas é medida pelo impacto positivo que causamos na trajetória alheia. Encerrou com a afirmação
22 de que a dedicação à educação pública confere esse sentido de propósito a todos (as) os (as)
23 presentes, desejando-se, por fim, um feriado de reflexão e uma feliz Páscoa a todo o Colegiado.
24 **Convites:** 1- Recebemos, por e-mail no dia 17 de março de 2026, do Presidente do FONCEDE,
25 Conselheiro Felipe Michel Braga, e da Vice-Presidente do FONCEDE - Região Norte, Presidente
26 do Conselho Estadual de Educação do Acre, convite para a Reunião FONCEDE NORTE, a
27 realizar-se nos dias 27 e 29 de abril de 2026, em Belém/PA. 2 – Recebemos, por e-mail no dia 27 de
28 março de 2026, do SINPRO/RS, convite para a comemoração dos 30 anos do jornal “Extra Classe”,
29 a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, na sede do Sindicato. **Publicações Oficiais:** – **Diário**
30 **Oficial da União:** - Do dia 26 de março de 2026. a) PORTARIA INTERMINISTERIAL
31 MEC/MULHERES Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2026. Dispõe sobre a inclusão de conteúdos
32 relativos ao combate à violência contra meninas e mulheres e à prevenção de todas as formas de
33 violência nos currículos da educação básica. b) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de
34 Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas
35 públicas de educação básica. - Do dia 31 de março de 2026. a) PORTARIA INTERMINISTERIAL
36 MEC/MJSP Nº 3, DE 27 DE MARÇO DE 2026 -Altera a Portaria Interministerial MEC/MJSP nº 1,
37 de 21 de março de 2025, que institui o Programa Escola que Protege - ProEP, no âmbito do Sistema
38 Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas - Snav, para a promoção de um
39 ambiente escolar seguro e inclusivo. b) DECRETO Nº 12.915, DE 30 DE MARÇO DE 2026.
40 Altera o Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Política Nacional de
41 Avaliação e Exames da Educação Básica. c) DECRETO Nº 12.916, DE 30 DE MARÇO DE 2026 -
42 Institui a Política Nacional das Artes. – **Diário Oficial do Estado:** - Do dia 24 de março de 2026,
43 PORTARIA Nº 220, DE 10 DE MARÇO DE 2026. Regulamenta o aproveitamento de estudos e o
44 reconhecimento de aprendizagens, competências e habilidades desenvolvidas em experiências
45 extraescolares para estudantes do Ensino Médio Regular em Tempo Integral, conforme disposto no
46 Art. 13, § 4º, da Resolução CEEed nº 385/2025. - Do dia 25 de março de 2026. DECRETO Nº
47 58.684, DE 23 DE MARÇO DE 2026. Altera o Decreto nº 57.408, de 28 de dezembro de 2023, que
48 dispõe sobre os bens móveis inservíveis da administração pública estadual direta, autárquica e
49 fundacional. - Do dia 27 de março de 2026. a) PORTARIA SEDUC RS Nº 281/2026. Institui a
50 Comissão Executiva Estadual do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação
51 Infantil do Rio Grande do Sul CEEPro - LEEI/RS, no âmbito do Compromisso Nacional Criança
52 Alfabetizada e do Comitê Estratégico Estadual do Compromisso CEEC/RS. b) PORTARIA

1 SEDUC/RS Nº 289/2026 Estabelece a Política de Tecnologia para a Rede Estadual de Educação do
2 Rio Grande do Sul. - Do dia 31 de março de 2026. INSTRUÇÃO NORMATIVA 07/2026 –
3 SEDUC - Altera a Instrução Normativa Nº 01/2026 - SEDUC que estabelece normas e
4 procedimentos operacionais de gestão do Programa Pé no Futuro, referentes ao pagamento dos
5 auxílios financeiros, conforme previstos pelo Decreto nº 58.518, de 16 de dezembro de 2025. - **Do**
6 **dia 01 de abril de 2026.** Conselho Estadual de Educação - CEEEd Processo: 26/1900-0002137-0 O
7 GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em
8 vista o que consta no processo administrativo, e em conformidade com a Lei nº 9.672, de 19 de
9 junho de 1992, e com o Decreto nº 57.481, de 27 de fevereiro de 2024, NOMEIA e RECONDUZ os
10 representantes abaixo relacionados para comporem o Conselho Estadual de Educação, com
11 mandato de quatro anos, a contar de 15 de abril de 2026, como segue: Nome CLÁUDIA FEIJÓ DA
12 SILVA FRAGA Poder Executivo, Nomeia ;GLÁDIS ELISE PEREIRA DA SILVA KAERCHER
13 Poder Executivo, Reconduz; IARA SÍLVIA LUCAS WORTMANN Poder Executivo, Reconduz;
14 KARLA FERNANDA WUNDER DA SILVA - EDUCAÇÃO ESPECIAL (INCISO I, §3º DO
15 ART. 2-A DA LEI ESTADUAL Nº 9.672/1992) Poder Executivo, Reconduz; MÁRCIA SARTOR
16 COIRO Poder Executivo, Reconduz; NÉRI TERESINHA FLOR DE BARCELOS Poder
17 Executivo; Nomeia NIRLENE APARECIDA SILVEIRA BOERI Poder Executivo, Nomeia;
18 SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO Entidades e estaduais representativas Associação de
19 Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul – AESUFOPE,
20 Nomeia; MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS Entidades estaduais representativas Sindicato
21 dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – SINPRO, Nomeia; ELOISA MARIA
22 WOMER Entidades estaduais representativas CPERS/SINDICATO, Nomeia; SOLANGE DA
23 SILVA CARVALHO Entidades estaduais representativas CPERS/SINDICATO, Nomeia;
24 FERNANDO HEPP PULGATI Entidades estaduais representativas Federação das Associações de
25 Pais e Mestres das Escolas Particulares do Rio Grande do Sul – FEDERAPARS, Nomeia;
26 MARISTELA FERRARI RUY GUASSELLI Entidades estaduais representativas União dos
27 Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/RS, Nomeia e CARLOS ROBERTO MILIOLI
28 Entidades estaduais representativas Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do
29 Rio Grande do Sul – SINEPE/RS, Nomeia. **Comunicações dos Conselheiros/as: Conselheira**
30 **Marcia Adriana de Carvalho:** complementou o relato de sua participação no Seminário
31 Internacional de Financiamento da Educação. Informou que, no dia 25 de março, representou o
32 Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), juntamente com a
33 Conselheira Sara Vitral (CEE/MG), na cerimônia “Educação pelo Fim da Violência”, realizada na
34 Universidade de Brasília (UnB). O evento, organizado conjuntamente pelo Ministério da Educação
35 (MEC) e pelo Ministério das Mulheres, contou com a presença dos ministros Camilo Santana e
36 Márcia Lopes. Destacou os seguintes pontos de relevância para o Sistema Estadual de Ensino: (1)
37 Enfrentamento à Violência: ocorreu o lançamento do Protocolo de Intenções para a Prevenção e
38 Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, com foco no acolhimento em instituições públicas
39 de ensino superior e na rede de institutos federais; (2) Currículos da Educação Básica: foi assinada a
40 portaria que regulamenta a Lei nº 14.164/2021, que inclui conteúdos sobre a prevenção da violência
41 contra a mulher nos currículos da Educação Básica, tema correlato às competências normativas
42 deste Conselho sobre a organização curricular; (3) Educação Profissional e Inclusão: houve o
43 lançamento do documentário do programa Mulheres 1000 e a assinatura de um acordo de
44 cooperação técnica para a ampliação de vagas do referido programa. A iniciativa foca na Educação
45 Profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, visando sua inserção qualificada no
46 mundo do trabalho. Registrou o encontro com a Conselheira Percila no evento e ressaltou o caráter
47 emocionante e a alta adesão de público na atividade realizada na "Casa do Professor" (UnB),
48 reforçando a importância da representatividade deste Colegiado em espaços de articulação nacional.
49 **Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher:** registrou um voto de louvor e parabenizou a
50 Professora Larisse Moraes, docente do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e doutoranda no
51 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
52 (UFRGS), por sua premiação no Prêmio Servindo Brasil, conferido pelo Ministério da Educação

1 (MEC) e pela Universidade de Cambridge, que anualmente seleciona cinco pesquisas brasileiras de
2 excelência voltadas ao desenvolvimento da ciência no país. A Professora Larisse foi destaque na
3 categoria de Impacto Social, com pesquisas fundamentais na área de Educação e Relações Étnico-
4 Raciais. Sua trajetória acadêmica e profissional como egressa da escola pública e docente da
5 Educação Básica por muitos anos, reflete os princípios de equidade e compromisso com a qualidade
6 educacional que norteiam as normas deste Sistema Estadual de Ensino. Destacou que o trabalho da
7 pesquisadora dialoga diretamente com os objetivos da Educação Básica previstos nesta Resolução
8 hoje aprovada, especialmente no que tange à garantia do direito à aprendizagem e ao preparo para o
9 exercício da cidadania. Além disso, a temática de sua pesquisa fortalece o atendimento às
10 especificidades interculturais e históricas que o Conselho busca garantir em suas normativas,
11 incluindo o reconhecimento da diversidade em territórios e comunidades específicas, Ao
12 parabenizar a Professora Larisse Moraes por esta conquista internacional, o CEEed/RS reafirma a
13 importância da pesquisa científica para a inserção qualificada no mundo do trabalho e para o
14 fortalecimento da Educação Profissional e Técnica no Estado. **Conselheira Márcia Sartor Coiro:**
15 registrou, com profundo pesar, o falecimento do Dr. Julio Souza Fontoura, ocorrido no dia 14 de
16 março. O Dr. Julio presidia a Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul e era
17 reconhecido como um importante parceiro da educação gaúcha. Destacou a relevante contribuição
18 técnica prestada pelo Dr. Fontoura ao Colegiado, especialmente em meados de outubro passado,
19 quando trouxe informações fundamentais sobre a legislação educacional vigente e o regime de
20 colaboração. Ressaltou que havia uma agenda de trabalho conjunta prevista para o ano de 2026,
21 visando à elaboração de um documento normativo em parceria entre o Conselho e a Associação.
22 Informou que o falecimento foi comunicado pela viúva, a Senhora Maria Fernanda, na semana
23 anterior, ocasião em que, em nome da Comissão, de todos os (as) Conselheiros (as) e da Presidência
24 deste CEEed/RS, manifestou o abraço solidário e as condolências deste Conselho à família.
25 Registrou que a continuidade dos trabalhos e das parcerias estabelecidas com a Associação dos
26 Conselheiros Tutelares contará com a colaboração da Senhora Michelle, que já acompanhava as
27 atividades do Dr. Julio. Reiterou o reconhecimento ao legado deixado pelo Dr. Julio Souza
28 Fontoura em prol do fortalecimento do Sistema Estadual de Ensino e do cumprimento da legislação
29 em defesa dos (as) estudantes. **Conselheira Helenir Aguiar Schürer:** informou que esta seria sua
30 última participação em Sessão Plenária antes de seu licenciamento, previsto para o dia 4 de abril,
31 em virtude de novos desafios no âmbito da Assembleia Legislativa. Expressou profunda satisfação
32 pela trajetória percorrida junto ao Colegiado, ressaltando que o período de atuação no CEEed/RS foi
33 fundamental para a sua qualificação pessoal e profissional. Destacou que a experiência no Conselho
34 proporcionou uma visão sistêmica e ampliada das políticas educacionais, transcendendo a
35 perspectiva do movimento sindical e agregando novos conhecimentos técnicos. Manifestou ainda o
36 desejo de comparecer ao encontro do dia 15 de abril, na condição de ouvinte, para formalizar as
37 despedidas e estreitar os laços com os pares. Concluiu sua fala com um agradecimento especial à
38 Presidente Fátima e a cada um (a) dos (as) Conselheiros e Conselheiras, reafirmando o aprendizado
39 mútuo e o respeito construído durante o mandato. **Presidente Fátima Ehlert:** agradeceu à
40 Conselheira e reiterou a expectativa pelo recebimento da cartilha de orientações normativas,
41 ressaltando a importância da cautela administrativa no período de transição. Informou que, por
42 precaução, a Conselheira Helenir Schürer já formalizou seu pedido de licenciamento a contar do dia
43 4 de abril, permanecendo no aguardo de orientações jurídicas complementares que possam,
44 eventualmente, ajustar sua permanência até a referida data. Desejou sucesso à Conselheira em sua
45 nova trajetória política e reforçou o convite para sua participação no encontro institucional
46 programado para o dia 15 de abril. Destacou que o zelo com os prazos de afastamento é
47 fundamental para a segurança jurídica dos atos deste Conselho e para a organização do fluxo de
48 substituições no Colegiado. **Conselheira Karla Fernanda Wunder da Silva:** registrou a
49 importância do dia 2 de abril, data dedicada à conscientização sobre o autismo. Destacou que essas
50 datas não devem ser vistas como comemorativas, mas como momentos fundamentais de
51 sensibilização e reflexão da sociedade. Ressaltou que, no ano em questão, a temática enfatiza que a
52 autonomia se constrói com apoio, chamando atenção para a necessidade de compreender que

1 autonomia não significa fazer tudo sozinho, mas sim contar com suporte adequado, acessibilidade,
2 políticas públicas responsáveis e respeito às necessidades individuais. Pontuou que é importante que
3 o Conselho também faça alusão a essas datas, trazendo o tema para o debate e contribuindo com a
4 conscientização, ainda que reconheça que, muitas vezes, essas datas passam despercebidas,
5 inclusive por aqueles que atuam na área da Educação Especial. Destacou o caráter formativo desses
6 momentos, que permitem educar a população e ampliar o entendimento sobre a diversidade.
7 Apresentou dados do censo demográfico, indicando que o Brasil possui cerca de 2,4 milhões de
8 pessoas com diagnóstico de autismo, o que representa aproximadamente 1,2% da população,
9 reforçando a relevância social do tema. Defendeu que a construção de uma sociedade mais justa
10 passa pelo enfrentamento de diferentes formas de exclusão, destacando a importância de uma
11 postura anticapacitista, antirracista e antissexista, o que exige, antes de tudo, o compromisso com a
12 inclusão. Enfatizou o papel da educação como instrumento central de transformação. Sugeriu que o
13 Conselho passe a incorporar, em suas plenárias, a lembrança dessas datas como estratégia de
14 conscientização. Incentivou, ainda, que todos se envolvam nas atividades promovidas pela
15 comunidade, dialogando com as famílias, ouvindo suas experiências e buscando compreender
16 melhor suas realidades, como forma de contribuir para a construção de uma educação mais
17 acolhedora, inclusiva e humanizada. **Conselheira Márcia Sartor Coiro:** parabenizou a
18 Conselheira Karla pela publicação do seu livro, intitulado “Cada um do seu jeito: a história de
19 Akira”, em parceria com Sandra Canal, e por mais esse momento de culminância desse seu
20 maravilhoso trabalho. **Conselheiro Raul Gomes de Oliveira Filho:** comunicou que a CLN
21 realizará uma reunião extraordinária no próximo dia 9 de abril, no turno da manhã. Não havendo
22 mais comunicações dos (as) Conselheiros (as) **encerro** a presente Sessão Plenária e convoco de
23 acordo com o Art. 16, Inciso IV, do Regimento Interno a próxima, para o dia 08 de abril de 2026,
24 quarta-feira, às 8h, com transmissão, em tempo real, pelo Canal do CEEEd/RS, no YouTube. Nada
25 mais havendo a constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim assinada
26 Secretária-Geral, **Patrícia Rodrigues Braunn.**